

advocatus

ENTREVISTA

LUÍS CORTES MARTINS

*Managing partner da Serra
Lopes, Cortes Martins*

"AS CRISES não se
Gerem em Plenário!
E é ISSO que são as
reuniões do INFarmed"

ÁFRICA

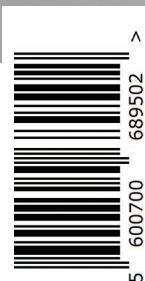
CMS Rui Pena & Arnaut

Alberto Galhardo Simões explica
as apostas da sociedade

MERCADO

Gestores falam de 2021

15 *managing partners* falam das
apostas para novo ano



Luís Cortes Martins, *managing partner* da SLCM

“O investimento estrangeiro é exigente, cria riqueza, ajuda a combater a burocracia. precisamos de mais!”

No ano em que a Serra Lopes, Cortes Martins comemora 60 anos, a *Advocatus* foi falar com o *managing partner*, Luís Cortes Martins. Numa entrevista que vai muito além do mercado da advocacia, o advogado critica a atuação do chefe de Governo, António Costa, na gestão da pandemia e assume que Portugal tem uma falta de capital crónica e que isso levará a que algumas empresas que ainda aqui estão acabem detidas por estrangeiros. Fala ainda do escritório que gere, sublinhando que estão em muitas das operações mais importantes, da litigância mais relevante, ainda que assuma que não têm a dimensão numérica dos maiores escritórios.

TEXTO **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**
FOTOGRAFIA **HUGO AMARAL**





Entrámos numa nova fase de confinamento, o que pode vir a acontecer a Portugal com mais uma paragem destas na economia?

Parece evidente que vamos atrasar a recuperação que todos desejávamos. Vai crescer a dívida pública, vão multiplicar-se as insolvências, e nos setores mais afetados como a restauração, a hotelaria, e o turismo em geral, muitas empresas vão inevitavelmente colapsar. Sabemos que há ajudas, mas por mais que existam nunca serão suficientes. Mas tudo depende da duração desta fase mais aguda da pandemia, da resiliência dos setores que continuam a laborar e das novas oportunidades que sempre surgem. De uma certa forma, também aqui há um desafio ao empreendedorismo.

Se fosse chefe do Executivo, tomaria esta decisão nesta fase?

A questão é se poderia ter tomado decisão diferente. Julgo que não. Parece consen-

sual que houve um excesso de otimismo no período das festas e isso foi péssimo. Mas há outros fatores a contribuir para a situação atual como as novas estirpes da doença, e é justo reconhecer que hoje a sociedade em geral cumpre menos rigorosamente restrições do que no início da pandemia. Há cansaço e menor tolerância ao sacrifício (o que é típico das nossas sociedades ocidentais hoje muito baseadas num “estado de bem estar”). Criou-se a ideia de que tudo tem resolução e o que sacrifício é coisa do passado ou, pelo menos, algo muito fugaz e passageiro. Mas não é assim. E as pessoas reagem mal perante imprevistos que as ultrapassam.

Como avalia a posição do Governo nesta gestão da pandemia?

É uma situação muito difícil de gerir, é impossível agradar a todos e acertar em todas as medidas. Há muita imprevisibilidade no desenvolvimento da pandemia. Creio que aqui a Ciência deve ser decisi-

va no aconselhamento do Governo. Mas os cientistas, por sua vez, também não se entendem...

Vou dizer uma coisa provavelmente politicamente incorreta: as crises não se gerem em plenário!

E é isso que são as reuniões do Infarmed. Tudo opina, tudo tem teorias como lidar com a situação numa mescla de técnicos, políticos, cientistas, opinion makers etc. Decidir no meio disto é ainda mais difícil. Creio que o Primeiro-Ministro deveria ter uma task force relativamente reduzida e coesa e evitar esta “gestão coletiva” que muitas vezes parece não ter rumo. Depois, há que reconhecer que não se aproveitou o verão, houve excesso de otimismo com as vacinas, as autoridades de saúde não funcionam adequadamente (como no caso de Lisboa), não houve a devida articulação com os privados que estão disponíveis para ajudar, etc. O planeamento deixou muito a desejar, e o que ressalta aos olhos do cidadão comum é de



há muita solidariedade e generosidade que podem mitigar alguns problemas. Seria ótimo se aproveitássemos esta oportunidade para fazer as reformas estruturais tão necessárias para que a economia possa crescer e acompanhar a Europa. Mas isso pressupunha um pacto de regime entre os partidos mais representativos que apostasse numa economia de mercado sem esquecer, naturalmente, as preocupações sociais. Agora o que vemos é tudo ao contrário. A “geringonça” não tem homogeneidade no seu pensamento político e nas opções para o País. E os sucessivos orçamentos de Estado são aprovados com negociações que descaracterizam qualquer política consistente. Se dependemos do PCP para ter orçamentos aprovados (ou para garantir a estabilidade governativa,

E como nos podemos levantar desta crise? Temos de uma vez por todas de fazer reformas a sério: reformar o Estado (ainda predomina a última reforma administrativa de Mouzinho da Silveira de 1833...) que cada vez é maior e consome mais recursos, reformar a Justiça, reformar as leis laborais (não se pode manter artificialmente o que a economia não sustenta), apoiar fiscalmente as empresas que criam riqueza e emprego, aumentar a concorrência em todos os setores, combater a burocracia crónica, a política do “deixa andar”, do “logo se vê” e premiar quem merece. Muito disto é cultural e ainda agimos à maneira do sec. XIX. Mas estamos no século XXI e tenho muita esperança nas novas gerações que repudiam totalmente esta “herança” que nos atrofia.

“AS CRISES não se gerem em plenário! E é isso que são as reuniões do Infarmed. Tudo opina, tudo tem teorias como lidar com a situação”

que houve, e há, muita improvisação e o “correr atrás do prejuízo”.

Julgo que um bom exemplo disto mesmo, misturado com muito populismo e falta de coragem política, foi a decisão de não vacinar o PR, o PM, os ministros e os principais decisores políticos. O PR já deve ter feito mais de 100 testes! Tivemos Ministros chave do Governo infetados. É absurdo e perigoso. Eu quero que quem tem a responsabilidade de tomar decisões graves e que nos afetam a todos esteja saudável! E qualquer pessoa de bom senso também pensa isso, julgo eu.

As desigualdades na sociedade portuguesa vão ficar acentuadas?

Sim. Como em todas as crises. Os mais desfavorecidos sofrem sempre mais. E quem trabalha nos setores mais impactados pela crise pior. Não vale a pena dizer que há apoios. Quem tem uma dívida pública gigante como a nossa, nestes momentos não pode fazer muito mais. Mas acredito que

como o PR gosta de dizer) nada vai mudar no sentido que é necessário. Precisamos de criar mais riqueza, mais postos de trabalho e assim não vamos lá.

O que poderá acontecer, concretizando, à nossa economia?

Temos um impacto terrível no setor do Turismo, que vale mais de 10% do PIB. Se o desemprego se agravar muito, as prestações sociais vão subir, os impostos vão subir e quem paga impostos vai ficar ainda mais asfiziado. Creio que vamos assistir a um aumento das assimetrias entre os setores que exportam, produzem riqueza e são resilientes e os mais frágeis. A falta de capital crónica em Portugal levará a que as empresas mais relevantes que ainda estão em mãos portuguesas acabem detidas por estrangeiros deslocalizando de Portugal os centros de decisão. É um movimento que vem detrás, mas que esta crise vem acelerar. E não vejo incentivos ao investimento.

O que podemos aproveitar dos fundos comunitários?

O que me sossega, se isso é possível dizer, e tanto quanto julgo saber, é que os fundos só serão libertados para projetos com viabilidade e que induzam crescimento económico. Alguns investimentos em infraestruturas são necessários (talvez seja de fazer de vez um aeroporto a sério que sirva Lisboa e o País), mas há que canalizar apoios para a transição energética e digital, tornar as nossas empresas competitivas à escala global. Investir na exportação e na modernização de setores onde temos know how e bons empresários. Na nossa profissão, felizmente, contactamos com frequência com experiências notáveis de sucesso que são pouco mediáticas, mas merecem todo o apoio. Sem esse esforço de seleção pelo mérito estaremos a deitar dinheiro para cima dos problemas e fica tudo na mesma. Ou, mais tristemente, continuaremos a caminhar alegremente para sermos os últimos da Europa.

“creio que o PM deveria ter uma task force reduzida e coesa e evitar esta 'gestão colectiva' que muitas vezes parece não ter rumo”

O que mudaria no sistema de tributação das sociedades de advogados?

As sociedades de advogados que o desejassem deveriam ter um sistema de tributação equivalente ao de qualquer sociedade. Creio que existiu recentemente a possibilidade de isso ter acontecido. Ao que julgo saber, chegou a estar consensualizado até com a Ordem dos Advogados. Mas à última hora, o Governo recuou. Assim, continuamos a ter todas as obrigações das sociedades sem ter grande parte dos benefícios. Uma das situações mais injustas é a questão dos pagamentos por conta: fazemos três pagamentos baseados em lucros auferidos em anos passados, sem saber que resultados teremos no ano concreto que estamos a pagar. Isso cria uma pressão de tesouraria e gera imprevisibilidade.

Acha que o poder político tem sido ausente ao não resolver esta questão?

Esta é uma questão que se arrasta há anos. Parecia haver abertura política. Desconheço porque não se avançou no que chegou a estar prometido. Talvez quando se pense em advogados se ache que se está perante uma “casta” de privilegiados. Mas a realidade é tudo menos isso.

E quanto à CPAS, concorda que os advogados deveriam integrar-se no regime geral da Segurança Social?

Não. Se queremos ser uma profissão liberal com tudo o que isso significa não vamos depois querer que seja o Estado a gerir as nossas reformas e outras regalias. Acho contraditório. A CPAS existe de há muito, e sempre foi ponto de honra da Ordem manter-se independente. Tem é de ter uma gestão sã e prudente. Se não é assim cabe aos advogados atuarem. Quando pertenci aos órgãos da Ordem a luta era exatamente a contrária. O Estado a querer tomar conta dos ativos da Caixa de Previdência e a classe a resistir.

Como se tem portado a advocacia ao longo desta crise derivada da pandemia?

É preciso ter noção de que em Portugal há várias realidades quando se fala de advocacia. Uma delas é muito dependente da atividade dos Tribunais, e sofreu imenso com o primeiro confinamento em que os Tribunais estiveram encerrados e os prazos judiciais suspensos.

Mas na realidade que me é mais próxima, creio que a classe tem tido um comportamento excecional.

A advocacia em Portugal foi das profissões que mais se modernizou, e ganhou competitividade com a dura concorrência a que está sujeita. Tem sabido adaptar-se a tudo. E agora não foi exceção. Pioneira no teletrabalho, usando as plataformas digitais, deu, e está a dar, uma resposta magnífica. Não oiço os clientes a queixarem-se de não ser atendidos e não poderem concretizar os seus investimentos. Nesta crise toda não ouvi uma queixa. E não estou só a falar da SLCM.

Portugal perdeu competitividade. E o mercado da advocacia de negócios?

Como disse, a advocacia é uma das profissões mais competitivas que temos em Portugal e que foi capaz de se modernizar estando ao nível da Europa mais desenvolvida. Quando comecei, há 35 anos, era muito diferente. E a cada década (pe-lo menos) temos um desafio novo. E dá-se um salto qualitativo. Sabe: - isto de não ter um orçamento a “alimentar-nos” todos os meses, o começar cada ano quase como se fosse do zero gera muita resiliência e obriga a andar para a frente. Estamos todos em competição com as melhores sociedades nacionais e internacionais e se ficamos para trás acabou! A advocacia é um setor que se tem reformado constantemente

e Portugal devia orgulhar-se disso. Mas normalmente os comentários são sempre negativos. O que vale é que já estamos habituados. E nem por isso desmoralizamos.

Que novas oportunidades surgiram para os advogados nesta fase? Em que áreas?

2020 foi um ano que correu bastante bem. É a nossa experiência, e também é o que oiço doutros colegas e amigos. Houve grandes e médias operações. Há setores com muita dinâmica como a energia, a agricultura moderna, o “entertainment”, a saúde, apesar de tudo o imobiliário, o financeiro, só para referir alguns. E existem casos de sucesso extraordinário de médias empresas que se modernizaram e são muito importantes para a nossa economia.

Estamos muito dependentes do investimento estrangeiro, nomeadamente do chinês?

Como já disse, e é um facto indiscutível, em Portugal há pouco capital para investir. As causas são diversas e não gostaria de estar a entrar nisso, nem de tecer considerações sobre a origem do capital. A discussão não deve ser tanto essa, porque não podemos ter dúvidas de que o investimento estrangeiro é um “driver” essencial do crescimento da nossa economia. Temos este ano o exemplo da Brisa em que os investidores são maioritariamente da União Europeia. O investimento estrangeiro é, normalmente, um investimento exigente, cria riqueza, ajuda a combater a burocracia. Precisamos de mais! Mas também acredito em grupos portugueses fortes que continuem a investir, a internacionalizar-se, e a serem importantes para o nosso país.

O facto de um partido como o Chega e a figura de André Ventura estarem a ganhar o seu espaço na sociedade política preocupa-o?

O populismo é um fenómeno europeu e mundial há já muitos anos. Agora está mais presente em Portugal e era de esperar que cá chegasse. Mas não creio que o Chega seja o único partido populista no nosso sistema político. Há outros que já cá estão há mais tempo, e que têm feito muito mal à nossa Democracia. Desde logo, funcionando com a nova “Inquisição” no que à liberdade de pensamento diz respeito. A ditadura do politicamente correto é asfixiante e imprópria de uma democracia plena. A



sociedade civil tem de ser mais ouvida e tem de se envolver mais. Como já sou mais “antigo” ainda me lembro do discurso de posse de Pinto Balsemão como Primeiro-Ministro, creio que em janeiro de 1981, em que dizia que era preciso dar voz à sociedade civil. Libertá-la do excessivo peso do Estado.

O Chega tem suscitado muita polémica, mas é um partido legal, aprovado pelo Tribunal Constitucional... Também temos partidos que permanecem no passado e insistem em modelos falhados. Tudo isto é a Democracia a funcionar e não creio que o debate de ideias faça mal a ninguém. O que é penalizador é quando o debate político chega a níveis de indigência intelectual e política inaceitáveis como infelizmente aconteceu na última campanha eleitoral.

O populismo radica, e cresce, no descontentamento que os portugueses têm relativamente aos partidos tradicionais. Não souberam renovar-se, não há incentivos para atrair os melhores e estão acom-

dados ao “status quo” que não querem mudar. Daí haver espaço para algumas derivas que seriam dispensáveis. Mas também há partidos novos, ideias novas, a sociedade não pode ser monolítica. Depois, há o fenómeno das redes sociais. E se é bom que haja tanta informação e partilha de dados, também é preciso reconhecer que são um palco natural para o disparate e a demagogia. Hoje lê-se pouco, sabe-se pouco sobre as coisas, mas opina-se sobre tudo. Os efeitos não podem ser bons.

O populismo chegou para ficar? Esta era pós-Trump é uma esperança, mesmo para Portugal?

Não sei. Gostaria que não. Vejo alguns sinais de regressão desse populismo. Se os partidos forem capazes de apresentar propostas sérias, os eleitores aderem. A saída de Trump é um enorme fator de esperança. Espero que sirva de “vacina”. Como foi possível ter alguém tão impreparado e inapropriado como Presidente

dos Estados Unidos? Acaba por ser uma lição para a América e para o mundo ocidental. Oxalá aprendamos alguma coisa. Se a nova Administração for capaz de normalizar e incrementar a relação com a Europa será seguramente bom para Portugal. E para o Mundo. Os Estados Unidos têm rapidamente de tomar o papel de charneira de que se demitiram com Trump. E a União Europeia é um parceiro essencial.

Considera que a justiça ainda está marcada por muito corporativismo? De quem: juízes, magistrados do Ministério Público?

Sim. Infelizmente a Justiça é uma área fortemente marcada pelo corporativismo. E isso tem contribuído em não pouca medida para a dificuldade em a reformar. Mas o corporativismo existe em todas as profissões jurídicas. Nós advogados também. Digo isto há muitos anos. É algo endémico. A isto acresce o doloroso antagonismo entre os vários agentes da justiça.



Já houve várias tentativas no passado de juntar forças mas todas mal sucedidas. Vários Congressos da Justiça foram organizados e parecia haver esperança. Infelizmente creio que nada mudou.

Temos de alterar a formação dos profissionais, ter áreas de formação conjuntas com todas as profissões jurídicas. Como acontece na Alemanha em que uma parte do estágio abrange todos os profissionais do mundo jurídico.

É também necessário um sistema de avaliação justo e transparente. Há ótimos Juizes e Magistrados do Ministério Público e, como em todas as profissões, outros maus, e alguns péssimos (nos advogados também diga-se). E o sistema de avaliação não valoriza nem pune como deve. Não se criam os incentivos corretos para melhorar. Toda a gente sabe isto mas não vejo nenhuma alteração, infelizmente. E mais grave que isso, formam-se grupos, teiam-se amizades e fidelidades com consequências muito graves para todo o sistema. Alguns dos casos (judiciais e extra-judiciais) que vieram a lume nos últimos tempos têm a ver com isto. Temos de nos empenhar todos para que as coisas possam melhorar. A minha experiência é a de que quando há boas iniciativas conjuntas das diversas profissões jurídicas as pessoas respondem muito positivamente.

Como avalia o ensino de Direito em Portugal? Estamos ainda com demasiados licenciados em direito?

Considero que continuamos a ter demasiados licenciados em Direito e até demasiadas Faculdades de Direito. E já agora demasiados advogados. O mercado depois não absorve todos os licenciados com todos os problemas inerentes. É um tema já com muitos anos. O mercado vem resolvendo em parte mas não chega.

O ensino em si modernizou-se mas creio que o grau de exigência diminuiu... E isso é mau. Quando me falam na melhor geração de sempre tenho sempre um “mixed feeling”... Estuda-se pouco. Há pouco espírito de sacrifício, de brio e isso depois gera menos qualidade.

Agora admito que haja mais interesse por novas áreas do Direito e há uma modernização do ensino que é positiva.

A redução do tempo do curso por causa da reforma de Bolonha não ajudou nada,

“OS SUCESSIVOS ORÇAMENTOS DE ESTADO SÃO APROVADOS COM NEGOCIAÇÕES QUE DESCARACTERIZAM QUALQUER POLÍTICA CONSISTENTE”

em minha opinião. O Direito é uma realidade complexa, cada vez mais sofisticada e abrangente, e isso deve merecer reflexão. Os alunos saem das faculdades muito novos e depois andam a fazer Mestrados e Pós-graduações que, muitas vezes, servem apenas para completar o que não se aprendeu na licenciatura. Isso tem custos a todos os níveis e provoca, amiúde, uma entrada excessivamente tardia no mercado de trabalho.

O que diferencia os jovens licenciados de hoje face aos de há 10/20 anos?

Do que vejo, e tenho a experiência de várias décadas de docência, acho que de início sabem menos Direito, mas em contrapartida têm mais skills sociais, falam línguas, adaptam-se com mais facilidade e, sobretudo, têm mais mundo, o que é muito importante. São muito tecnológicos, atentos às evoluções nas suas áreas de interesse. Se se souber aproveitar tudo isso acabam por ser mais completos. Na SLCM é o que estamos a fazer. Com sucesso, diga-se.

Que áreas é que se viram obrigados a apostar mais nesta fase, no vosso escritório?

Não houve uma alteração estratégica em razão da crise. Olhámos fundamentalmente para os setores que estão em crescimento, e que já referi, e investimos mais neles. A nossa experiência foi a de que passada a fase inicial de maior instabilidade e disrupção os agentes económicos foram-se adaptando e o trabalho normalizou. Houve também aspetos positivos trazidos pela crise sanitária como ter acelerado a adaptação das pessoas e dos processos a uma realidade mais digital, sem que esse processo significas-

se diminuição na entrega de valor e na capacidade de resposta.

Aproveitámos para incrementar a nossa comunicação com o mercado. O lançamento da WITH SLCM é um exemplo. A SLCM quer continuar a deixar uma “pegada” positiva na sociedade. E cumprir com a sua responsabilidade social.

Agora há desafios para além da pandemia. E esses são estar atentos às mudanças e estar preparados para as acompanhar.

Planos para curto e médio prazo na SLCM?

A SLCM completa este ano sessenta anos de existência. Temos um legado muito importante dos nossos fundadores, fundamentalmente nos valores que nos orgulhamos de pôr em prática.

Temos a nossa maneira de estar na profissão e creio que o mercado, e em especial os nossos clientes, nacionais e internacionais, reconhecem isso.

Conseguimos estar em muitas das operações mais importantes, da litigância mais relevante, ainda que não tenhamos a dimensão numérica dos maiores escritórios. Tem sido a nossa opção e não tem corrido nada mal.

Acredito que estes tempos de crise e de incerteza convidam a prudência nas opções estratégicas. Mas estamos conscientes que dependemos do mercado e das suas leis. E posso garantir que estamos bem atentos.

Procuramos, por isso, acompanhar a evolução que vai ocorrendo, mantendo o nosso foco onde queremos estar: nos assuntos mais complexos e onde o nosso valor acrescentado possa fazer a diferença. Somos uma sociedade a olhar para o futuro, e onde a aposta nos advogados mais novos é uma prioridade. ●